

## CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

---

---

## 1 - INTRODUÇÃO

Os planos de recursos hídricos, definidos pela Lei N° 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Lei das Águas), que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, são planos diretores que objetivam fundamentar e orientar a implementação dessa Política, bem como o gerenciamento dos recursos hídricos. São planos de longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos, que devem ter o seguinte conteúdo mínimo:

- a) diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos;
- b) análise de alternativas de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo;
- c) balanço entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificação de conflitos potenciais;
- d) metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis;
- e) medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, para o atendimento das metas previstas;
- f) prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos;
- g) diretrizes e critérios para cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
- h) propostas para a criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos.

A Lei das Águas estabelece ainda que os planos de recursos hídricos serão elaborados por Bacia Hidrográfica, por Estado e para o País.

Regionalmente, o Plano Estadual dos Recursos Hídricos é contemplado na Lei Estadual n° 6.308, de 2 de julho de 1996, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos. Essa Lei preconiza que o Plano Estadual de Recursos Hídricos será estabelecido por lei, obedecidos os princípios e diretrizes da Política Estadual, tendo como base os Planos Diretores das Bacias Hidrográficas e com objetivos geral e específicos, diretrizes e metas definidas a partir de um processo de planejamento integrado e participativo, perfeitamente compatibilizado com outros planos gerais, regionais e setoriais.

O Plano Estadual de Recursos Hídricos, entretanto, não é a soma dos planos das suas respectivas bacias hidrográficas. Ele deve ser entendido como um documento estratégico e gerencial, com diretrizes gerais sobre tendências sócio-econômicas do processo de desenvolvimento, demandas, disponibilidades e qualidade dos recursos hídricos, gestão dos sistemas, formas de financiamento, identificação e resolução de conflitos e prioridades de investimentos.

O presente documento consiste no Relatório Final Consolidado do PERH-PB e reúne as informações desenvolvidas nas três etapas de elaboração do Plano, referidas na Apresentação deste trabalho.

Na primeira Etapa, denominada *Consolidação das Informações e a Regionalização*, foram levantadas diversas informações sobre temas relacionados aos recursos hídricos do Estado, dentre as quais: uma abordagem territorial, a caracterização do meio físico e os seus recursos naturais, a definição dos aspectos econômicos, sociais e jurídico-institucionais, a verificação

da disponibilidade de recursos hídricos e da utilização atual desses recursos, um confronto entre a oferta e a demanda, uma visão do controle e conservação dos recursos hídricos e a definição das regiões do PERH. A situação dos recursos hídricos do Estado da Paraíba e de suas bacias hidrográficas é descrita em termos de quantidade e qualidade, bem como dos potenciais de desenvolvimento associados ao seu aproveitamento múltiplo, de modo sustentável. Esse diagnóstico indica uma certa vulnerabilidade no atendimento às necessidades hídricas da população do Estado, a precariedade operacional de sua infraestrutura hídrica e evidencia uma fragilidade jurídico-institucional na área de recursos hídricos. O grande volume de trabalho demandado, em termos de planejamento, estudos e de medidas estruturais e não estruturais, constitui um desafio para o atual e os futuros governos, juntos com a população paraibana.

A segunda Etapa do PERH-PB, denominada *Cenários, Definição de Objetivos e Identificação de Programas*, dá início ao trabalho de Planejamento propriamente dito, contemplando a cenarização, de fundamental importância no processo de elaboração do PERH/PB. Nela, procedeu-se inicialmente à formulação, discussão e aprovação das hipóteses de trabalho que devem servir como diretrizes para as intervenções nas unidades de planejamento de recursos hídricos do Estado da Paraíba. As alternativas de intervenções, contemplando medidas estruturais e não-estruturais, na forma de Programas de ação, foram analisadas e dimensionadas, servindo de base para o estabelecimento de cenários de desenvolvimento. Os cenários futuros, assim formulados, permitem visualizar formas e caminhos para vencer os desafios atuais.

Por fim, os trabalhos desenvolvidos com a terceira e última etapa de elaboração do Plano Estadual, denominada *Programas e Sistemas de Gestão do PERH*, coroam o extenso trabalho desenvolvido nas etapas anteriores, contemplando o detalhamento dos Programas de ação previamente identificados. Os Programas propostos caracterizam o Cenário Sustentável de Gestão Integrada da Demanda e das Disponibilidades Hídricas no Estado, e seu desenvolvimento contemplou análises dos aspectos técnicos, ambientais, econômicos e financeiros, além de considerações quanto à gestão e implementação das intervenções propostas. Os programas foram formulados para um horizonte de 20 anos (2006 / 2025), levando em conta os períodos quadrienais correspondentes à previsão de elaboração dos Planos Plurianuais de Investimentos (PPA) dos governos Federal e Estadual — servindo, destarte, de balizamento para sua elaboração, no que se refere à necessidade de investimentos de longo prazo em Recursos Hídricos.

Os aspectos mais importantes e as conclusões dos estudos realizados nas etapas acima descritas estão apresentados neste Relatório Final, estruturado em doze capítulos:

- 1 - Introdução
- 2 - Caracterização Fisiográfica e Hidroclimática do Estado da Paraíba
- 3 - Caracterização Sócio-Econômica do Estado da Paraíba
- 4 - Caracterização Jurídico-Institucional do Estado da Paraíba
- 5 - Caracterização da Oferta e da Demanda Hídrica no Estado da Paraíba
- 6 - Caracterização das Regiões do Plano Estadual de Recursos Hídricos
- 7 - Avaliação da Situação Atual dos Recursos Hídricos
- 8 - Objetivos, Hipóteses e Diretrizes do PERH/PB
- 9 - Cenários Alternativos

10 - Identificação e detalhamento dos Programas

11 - Análise de Viabilidade Econômica

12 - Sistema de Gestão do PERH/PB